

Informamos que esta Nota Informativa é válida para o mercado de Portugal.

A lista completa das políticas de privacidade para outros países pode ser consultada no seguinte link: <https://www.sdfgroup.com/en-us/information-notice>.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

(nos termos do artigo 13.º do Regulamento (UE) 2016/679 e Lei 58/2019 de 08. de agosto

PARTE I

Caro Cliente,

Nos termos do artigo 13.º e do artigo 14.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e da **Lei 58/2019 de 08.08**, relativos à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, doravante "**RGPD**" ou "**Regulamento**"), informamos que os seus dados pessoais (doravante os "**Dados**") serão tratados por:

- **SAME DEUTZ-FAHR Italia S.p.A.**, com sede social em Viale F. Cassani, 15 - 24047 Treviglio (BG) (doravante "**SDFI**")
e
- **SAME DEUTZ-FAHR PORTUGAL, LDA [Filial]** (VAT N.º 501952543) com sede social em Rua Cidade de Madrid, nº 11, S. Julião do Tojal, 2660-456 Casal do Arneiro – Portugal (**SDF PORTUGAL**). A empresa nomeou um **Encarregado de Proteção de Dados (DPO)** (artigos 11º a 13º da Lei 58/2019) , que pode ser contactado através do endereço paulo.alves@samedeutz-fahr.pt (doravante designadas conjuntamente por "**SDF**")
e
- pelo concessionário a quem efetuou a compra (doravante o "**Concessionário**"),

doravante designados conjuntamente por "**Responsáveis Conjuntos**", nos termos do artigo 26.º do RGPD.

Categorias de Dados tratados

Os Dados recolhidos e tratados pelos Responsáveis Conjuntos são os seguintes:

- Dados pessoais e de residência;
- Dados de contacto (por ex., e-mail, número de telefone, etc.);
- Códigos de identificação (NIF e/ou VAT, código de cliente, etc.);
- Dados bancários;
- Dados económicos e financeiros;
- Dados de seguro;
- Dados relativos à utilização de máquinas (por ex., geolocalização, dados de telemetria do veículo - luzes de aviso, alarmes, etc. - série SIM, etc.).

Finalidade do tratamento, bases jurídicas e prazos de conservação

Tendo em conta a atividade desenvolvida pelos Responsáveis Conjuntos, a recolha e o tratamento dos seus Dados têm as seguintes finalidades:

Finalidade do tratamento	Base jurídica	Prazos de conservação
Execução das obrigações decorrentes das relações contratuais de venda ou da realização de atividades pré-contratuais (gestão de cotações, anulação de seguros previamente contratados)	Execução de um contrato ou realização de diligências pré-contratuais	Durante toda a duração da relação contratual e, em caso de rescisão, durante 10 anos
Gestão dos clientes no âmbito de eventuais acordos com mutuantes ou soluções de locação financeira, bem como acompanhamento e análise da evolução desses acordos	Execução de um contrato ou realização de diligências pré-contratuais	Durante toda a duração da relação contratual e, em caso de rescisão, durante 10 anos
Cumprimento de outras obrigações legais (por exemplo, obrigações contabilísticas e fiscais);	Obrigações legais	Calendário dos lançamentos contabilísticos
Gestão do contencioso	Interesse legítimo	Até ao termo do prazo de prescrição das ações contratuais que possam surgir relativamente à transação no âmbito da qual os dados são tratados
Serviço de pós-venda, ao abrigo da legislação aplicável, em matéria de garantia dos produtos e/ou de outros acordos contratuais	Execução de um contrato ou realização de diligências pré-contratuais	Durante toda a duração da relação contratual e, em caso de rescisão, durante 10 anos
Inquéritos de satisfação do produto	Interesse legítimo	Durante o tempo necessário para obter e manter a certificação e a conformidade com as normas internacionais e as melhores práticas do sector

Os seus Dados serão tratados por pessoal autorizado a tratá-los em conformidade com o artigo 29.º do RGPD e artigos 9º, 10º, 11º e 13º da Lei 58/2019. O tratamento dos Dados para as referidas finalidades será efetuado através de meios informáticos, telemáticos, manuais e em suporte de papel, com base em critérios lógicos compatíveis e funcionais com as finalidades para as quais os Dados foram recolhidos, respeitando as regras de confidencialidade e segurança previstas na lei e nos regulamentos internos da empresa e as medidas de segurança previstas no RGPD.

Os seus Dados são, ou foram, fornecidos por si à SDF ou ao Concessionário, ou por empresas terceiras que fornecem soluções de financiamento ou de leasing.

Categorias de destinatários de Dados e transferência de Dados para países terceiros

Os Responsáveis Conjuntos pelo tratamento, no âmbito da realização das finalidades acima referidas, podem comunicar e transferir os seus Dados para outras entidades encarregadas de realizar ou prestar serviços específicos estritamente funcionais à realização das finalidades acima referidas, tais como:

- às sociedades do grupo a que pertence cada Responsável Conjunto, situadas também no estrangeiro (na União Europeia e fora da União Europeia) e às pessoas por elas encarregadas do tratamento dos dados;
- a organismos ou serviços públicos ou administrações públicas, em conformidade com as obrigações legais;
- pessoas cujo direito de acesso aos Dados seja reconhecido por disposições legais e de direito derivado ou por disposições emitidas por autoridades habilitadas a fazê-lo por lei;
- profissionais, empresas de cobrança de dívidas externas e empresas de auditoria;
- bancos e instituições de crédito;
- companhias de seguros e corretores de seguros (para providenciar a correta cessação do seguro ativado sobre o veículo, previamente ativado pelo Responsável);
- profissionais e sociedades externas encarregadas do controlo das demonstrações financeiras da Sociedade;
- empresas especializadas em soluções de leasing e aluguer de equipamento profissional;
- empresas que exploram sistemas informáticos, incluindo os destinados a gerir relações comerciais.

Para os destinatários da comunicação de Dados sediados fora da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, os Responsáveis Conjuntos pelo tratamento obtêm as garantias necessárias para que a transferência de Dados seja efetuada em total conformidade com o Capítulo V do RGPD.

Direitos do titular

Relativamente aos seus dados pessoais, informamos que pode exercer os direitos previstos no art.º 15.º e seguintes do Regulamento (UE) 2016/679 e artigos 32º a 36º da lei 58/2019, a seguir enumerados: *direito de acesso, direito de retificação, direito de apagamento ou "direito a ser esquecido", direito à limitação do tratamento, direito a receber uma notificação quando os dados pessoais tiverem sido retificados ou apagados ou quando o tratamento for limitado, direito à portabilidade dos dados, direito de se opor ao tratamento.*

Para fazer valer os seus direitos, pode contactar os Responsáveis Conjuntos pelo tratamento, escrevendo para o seguinte endereço: privacy@sdfgroup.com.

Recordamos que, em qualquer caso, pode exercer os direitos acima mencionados em relação a cada um dos Responsáveis Conjuntos pelo tratamento, tal como previsto no artigo 26.º, n.º 3, do RGPD.

O Titular tem o direito de apresentar uma queixa junto de uma autoridade de controlo se considerar que o tratamento dos seus dados pessoais viola o RGPD.

Carácter obrigatório ou facultativo do fornecimento de Dados

O fornecimento de Dados aos Responsáveis Conjuntos pelo tratamento é obrigatório apenas para os Dados para os quais existe uma obrigação legal (ou seja, estabelecida por leis, regulamentos, disposições de Autoridades Públicas, etc.). Em todos os outros casos, o Titular é livre de decidir se quer ou não fornecer os seus Dados pessoais, desde que, quando parte dos seus Dados for estritamente necessária para a prossecução de finalidades contratuais, o não fornecimento desses Dados possa impossibilitar a prestação dos serviços solicitados.

Consequências em caso de recusa de fornecimento dos Dados

Na presença de uma obrigação legal ou contratual de fornecer os seus Dados pessoais, a recusa em fornecer os seus Dados pessoais não permitirá que os Responsáveis Conjuntos efetuem as operações que impliquem o tratamento desses Dados, com todas as consequências e danos a seu cargo. Por conseguinte, se os Dados forem necessários ou estritamente instrumentais para a execução da relação contratual, a recusa em fornecê-los pode resultar na impossibilidade de efetuar as operações relacionadas com tais Dados (ou, em qualquer caso, pode resultar em atrasos na execução de tais operações). Qualquer recusa em fornecer Dados pessoais funcionais às atividades dos Responsáveis Conjuntos pelo tratamento, para além das necessárias ou estritamente instrumentais para a execução da relação contratual, impede a execução de tais atividades adicionais, mas não interfere com a execução da relação contratual em curso.

PARTE II

Caro Cliente,

Nos termos do artigo 13.º e do artigo 14.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, doravante "RGPD" ou "Regulamento"), informamos que os seus dados pessoais (doravante os "Dados") serão tratados pela **SAME DEUTZ-FAHR Italia S.p.A.**, com sede social em Viale F. Cassani, 15 - 24047 Treviglio (BG) na qualidade de **Responsável pelo tratamento** (doravante o "**Responsável pelo Tratamento**"). O Responsável pelo Tratamento nomeou um Encarregado de proteção de dados (DPO- artigo 13º da lei 58/2019), que pode ser contactado através do endereço dpo.sdfitalia@sdfgroup.com

Categorias de Dados tratados

Os Dados recolhidos e tratados pela SDF como Responsável pelo Tratamento são os seguintes:

- dados pessoais e de residência;
- dados de contacto (por exemplo, e-mail; número de telefone; etc.);
- códigos de identificação (NIF e/ou VAT, códigos de cliente, etc.);
- Dados relativos à utilização de máquinas (por ex., geolocalização, dados de telemetria do veículo - luzes de aviso, alarmes, etc. - série SIM, etc.).

Finalidade do tratamento, bases jurídicas e prazos de conservação

Tendo em conta a atividade desenvolvida pelo Responsável pelo Tratamento, a recolha e o tratamento dos seus Dados têm as seguintes finalidades:

Finalidade do tratamento	Base jurídica	Prazos de conservação
Prestação de serviços de gestão digital. Serviço possível que também pode ser ativado no pós-venda.	Execução de um contrato ou de medidas pré-contratuais	Durante toda a duração da relação contratual e, em caso de rescisão, durante 10 anos
Melhoria dos produtos e dos serviços de apoio oferecidos aos Clientes Finais	Interesse legítimo	Pelo tempo necessário para efetuar análises e introduzir melhorias significativas no produto/serviço adquirido
Atividades de marketing	Consentimento da pessoa em causa	Até à revogação do consentimento
Atividades de marketing perfiladas	Consentimento da pessoa em causa	Até à revogação do consentimento

O interesse legítimo prosseguido pelo Responsável pelo Tratamento para efeitos de "*Melhoria dos produtos e dos serviços de assistência oferecidos aos Clientes Finais*" permite-nos garantir a oferta de serviços e produtos de elevado desempenho, seguros e duradouros, em conformidade com o avanço tecnológico e as diferentes necessidades de utilização dos nossos produtos. Os dados serão, depois, utilizados para atividades de análise destinadas a identificar possibilidades de melhoria dos nossos produtos. Além disso, os dados também podem ser utilizados pelo Concessionário para prestar serviços de assistência relacionados com o termo das revisões/manutenções periódicas, bem como em caso de deteção de anomalias que possam comprometer a utilização posterior do produto ou, ainda, para efeitos de validade da garantia ativada. Lembramos desde já que o Titular tem a possibilidade de se opor a esse tratamento. Recordamos, no entanto, que é possível que o Responsável pelo Tratamento demonstre e invoque razões legítimas imperiosas para prosseguir a atividade de tratamento que se sobreponham aos interesses, direitos e liberdades da pessoa em causa.

Os seus Dados serão tratados por pessoal autorizado a tratá-los em conformidade com o artigo 29.º do RGPD e **artigo 9º da Lei 58/2019**. O tratamento dos Dados para as referidas finalidades será efetuado através de meios informáticos, telemáticos, manuais e em suporte de papel, com base em critérios lógicos compatíveis e funcionais com as finalidades para as quais os Dados foram recolhidos, respeitando as regras de confidencialidade e segurança previstas na lei e nos regulamentos internos da empresa e as medidas de segurança previstas no RGPD.

Os seus Dados são, ou foram, fornecidos por si diretamente ao Responsável pelo Tratamento ou a outras empresas do Grupo a que pertence o Responsável pelo Tratamento, bem como ao Concessionário a quem adquiriu produtos ou serviços do Grupo a que pertence o Responsável pelo Tratamento.

Categorias de destinatários de Dados e transferência de Dados para países terceiros

O Responsável pelo Tratamento, no âmbito da realização das finalidades acima referidas, pode comunicar e transferir os seus Dados para outras entidades encarregadas de realizar ou prestar serviços específicos estritamente funcionais para a realização das finalidades acima referidas, tais como:

- empresas do Grupo a que pertence o Responsável pelo Tratamento, também localizadas no estrangeiro (na União Europeia e fora da União Europeia) e às pessoas por elas designadas para tratar os dados;
- empresas que exploram sistemas informáticos, incluindo os destinados a gerir relações comerciais;
- outras empresas designadas para a prossecução das finalidades acima enumeradas em nome do Responsável pelo Tratamento, na sua qualidade de Responsáveis pelo Tratamento, nos termos do artigo 28.º do RGPD.

Para os destinatários da comunicação de Dados sediados fora da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, o Responsável pelo Tratamento obtém as garantias necessárias para assegurar que a transferência de Dados é efetuada em total conformidade com o Capítulo V do RGPD.

Direitos do Titular

Relativamente aos seus dados pessoais, informamos que pode exercer os direitos previstos no art.º 15.º e seguintes do Regulamento (UE) 2016/679, e artigos 32º a 36º da lei 58/2019 a seguir enumerados: *direito de acesso, direito de retificação, direito de apagamento ou "direito a ser esquecido", direito à limitação do tratamento, direito a receber uma notificação quando os dados pessoais tiverem sido retificados ou apagados ou quando o tratamento for limitado, direito à portabilidade dos dados, direito de se opor ao tratamento.*

Para fazer valer os seus direitos, pode contactar o Responsável pelo Tratamento por escrito para o seguinte endereço: privacy@sdfgroup.com.

O Titular tem o direito de apresentar uma queixa junto de uma autoridade de controlo – COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – Av. D. Carlos 1, 134,1º - 1200-651 Lisboa / Portugal se considerar que o tratamento dos seus dados pessoais viola o RGPD.

Carácter obrigatório ou facultativo do fornecimento de Dados

O fornecimento de Dados aos Responsáveis Conjuntos pelo tratamento é obrigatório apenas para os Dados para os quais existe uma obrigação legal (ou seja, estabelecida por leis, regulamentos, disposições de Autoridades Públicas, etc.). Em todos os outros casos, o Titular é livre de decidir se quer ou não fornecer os seus Dados pessoais, desde que, quando parte dos seus Dados for estritamente necessária para a prossecução de finalidades contratuais, o não fornecimento desses Dados possa impossibilitar a prestação dos serviços solicitados.

Consequências em caso de recusa de fornecimento dos Dados

Na presença de uma obrigação legal ou contratual de fornecer os seus Dados pessoais, a recusa em fornecer os seus Dados pessoais não permitirá que os Responsáveis Conjuntos efetuem as operações que impliquem o tratamento desses Dados, com todas as consequências e danos a seu cargo. Por conseguinte, se os Dados forem necessários ou estritamente



Farming Technology. Since 1927.

instrumentais para a execução da relação contratual, a recusa em fornecê-los pode resultar na impossibilidade de efetuar as operações relacionadas com tais Dados (ou, em qualquer caso, pode resultar em atrasos na execução de tais operações). Qualquer recusa em fornecer Dados pessoais funcionais às atividades dos Responsáveis Conjuntos pelo tratamento, para além das necessárias ou estritamente instrumentais para a execução da relação contratual, impede a execução de tais atividades adicionais, mas não interfere com a execução da relação contratual em curso.